

Revista Científica Sigma. Instituto de Ensino Superior do Amapá.
v.4, n.4. abr/mai./junh. 2007. Macapá: IESAP, 2007.

Trimestral
ISSN 1980-0207

1.Letras-Periódicos 2. Educação-Periódicos. 3. Turismo-
Periódicos. I. Instituto de Ensino Superior do Amapá.

CDD 405
370.5
338.

* Os textos aqui publicados podem ser livremente reproduzidos desde que citada a fonte.

* As opiniões expressas em artigos assinados não, necessariamente, expressam as opiniões do IESAP, de qualquer de seus funcionários ou do Conselho Editorial da **REVISTA CIENTÍFICA SIGMA**.

SUMÁRIO

1. Pedagogia, 4.

1.2. Artigos, 5.

A Educação à Distância, a TV Digital e o 'Tele-Aluno', 7.

Prof. Marcos Mendes

Iniciação Científica e Produção de Conhecimento, 16.

Heryka Cruz Nogueira

Micheli Ortega Escobar

Um Estudo da Relação entre Educação e Auto-sustentabilidade no Amapá, 27.

Profa. Lúcia Borges

1.2. Ensaio, 39.

Estudos sobre a relação entre população e desenvolvimento na Amazônia Legal, 40.

Profa. Lúcia Borges

1.3. Resumos Indicativos ou Críticos, 47.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasilense, 2004. 48.

Edielso Manoel Mendes de Almeida

1.4. Resumos de Trabalhos Acadêmicos, 53.

NARRATIVAS ENTRELAÇADAS: conversando sobre leituras e lembranças de escola com mulheres que se “encontram” em um Salão de Beleza de Cultura Afro. 54.

Aline Lemos da Cunha

Ensinar a Ensinar e Aprender a Ensinar: Representações de Professores e Alunos em Relação à Formação Inicial dos Cursos de Licenciatura na Universidade Federal do Amapá

Benise de Nazaré dos Reis Souto

1 Pedagogia

1.1 Artigos

A Educação à Distância, a TV Digital e o 'Tele-Aluno'

Prof. Marcos Mendes*

Resumo: A tecnologia tem levado o Brasil a vivenciar duas grandes transformações: na educação, com o advento da Educação à Distância; e na comunicação, com a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD). Os efeitos destas transformações permitem a intersecção dos resultados, que uma vez fundidos, sintetiza o surgimento de uma nova tecnologia no contexto tecno-educativo.

Palavras – Chave: Educação à Distância. Tv Digital. SBTVD.

Abstract: The Technology has lead Brazil to acquire knowledge about two great transformations: In Education, with the advent of the e-learning; and in the Communication, by implanting the Brazilian Digital Television System (SBTVD). the resulting effects of these transformations allow the intersection of the results, once they are fused, synthesize the appearing of a new technology on the techno-educational area.

Key-words: e-learning. Digital Tv. SBTVD.

O pensamento sobre Educação a Distância exige uma reflexão que englobe o repensar dos próprios conceitos de educação, tecnologia, ensino e aprendizagem. Para Cerny (2002) *“A educação a distância – EaD – apresenta-se, hoje, como uma possibilidade concreta e importante para a aprendizagem ao longo da vida, apontada como condição permanente e indispensável para os sujeitos da sociedade da informação. No entanto, na educação a distância, além de ter os meios como objeto de estudo, fazem-se necessárias reflexões aprofundadas sobre todos os processos pedagógicos que constituem esse sistema de ensino (p.135).”*

A Educação a Distância vem se tornando, ao longo dos últimos anos, uma discussão fundamental para quem está refletindo sobre os novos caminhos da educação em uma sociedade cada vez mais interconectada por redes de tecnologia digital, e sem sombra de dúvidas está sendo marcada pela presença das novas

* MBA em Tecnologia da Informação e da Comunicação na Educação (PUC-RS). Especializando em Educação à Distância (PUC-MG). Docente das Faculdades IESAP e CEAP. Professor dos Cursos de Pedagogia, Design, Administração e Turismo, nas disciplinas 'Informática, Multimídia e Educação', 'Computação Gráfica', 'Informática Aplicada ao Turismo' e 'Comércio Eletrônico'. Assessor de Informática do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Amapá. Participou dos cursos oficiais de formação da Macromedia em Director MX e DreamWeaver.

mídias, o que faz com que o processo da comunicação aluno/professor e aluno/aluno seja o emblema da tecnologia instrucional voltada ao aprender a aprender, aprender fazendo, aprender colaborando, aprender cooperando e aprender a buscar.

Segundo Maia (2002), a EaD se diferencia do ensino presencial por causa da interatividade que existe entre o professor e o aluno, e também entre os grupos de alunos que são os usuários dos programas de EaD. A interatividade é permitida pelos recursos disponibilizados pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação, que viabilizam uma metodologia de aprendizagem que permite o compartilhamento das informações e a construção do aprendizado colaborativo e cooperativo, enquanto que aos professores cabe a missão de fazer a mediação da construção do conhecimento. Ou seja, o ambiente de aprendizagem adequado, aliado a uma ação efetivamente mediadora do professor, favorece o processo de construção do conhecimento.

É importante salientar que apreender a mediação é fundamental para entender como acontece a aprendizagem humana. Para Vygotsky (2000) a analogia entre o aprendiz (sujeito) e o ensino (objeto de conhecimento), está mediada pela atividade que o sujeito realiza sobre o objeto com o uso de instrumentos socioculturais, os quais podem ser basicamente de dois tipos: as ferramentas e os signos. Cada um dos instrumentos orienta de forma distinta a atividade do sujeito. O uso da ferramenta produz transformações nos objetos. Por outro lado, os signos produzem trocas no sujeito que realiza a atividade, quer dizer, estão orientados internamente.

Jean Piaget (1983), utilizou a Teoria Genética do Conhecimento para explicar que as atitudes comportamentais não deveriam ser considerados como inatas nem como consequência de condicionamentos, e sim arquitetados nas interações ocorridas entre sujeito e objeto do conhecimento. Quando se trata de EaD, estas interações necessitam de adequação da metodologia, aonde tutor e aluno encontram-se afastados espacialmente. Para isso é necessária o uso das TIC'S para efetivar a comunicação entre o tutor e o aluno. (Porter, 1997; Moran, 2000;).

Os desafios enfrentados em EaD são equivalentes com os do sistema educacional, e quando são analisados é necessário saber que tipo de educação se pretende realizar, a quem se destina, quem irá desenvolver e quais tecnologias

serão utilizadas. Por sua concepção, a EaD não só permite o uso das novas metodologias de ensino, mas fundamentalmente necessita da utilização das TIC'S, trazendo a oportunidade de acesso de novos estudantes, que residem em locais distantes e dispersos geograficamente.

Para que a EaD alcance sucesso, são necessários que vários fatores sejam agrupados, tais como programas educacionais bem definidos, profissionais capacitados, material didático concernente a realidade do público-alvo e um excelente sistema de tutoria. Estes fatores, juntos, possibilitam o sucesso de um curso à distância. Contudo, anterior ao planejamento pedagógico, é preciso que se faça um levantamento de informações que possibilitem traçar o perfil de todas as partes envolvidas no processo e a realidade na qual ele vai ser implantado, e é claro, fazer a avaliação no decorrer do curso e no final dele. Alves (2005) é enfático ao afirmar que “poucos são os trabalhos desenvolvidos que analisam todos esses fatores e, por essa razão, acentuam-se as evasões, o que representa um grande desperdício de recursos e contribui para o descrédito da EaD”.

O desenvolvimento da Educação a Distância pode ser descrito basicamente em três gerações, que sempre acompanharam os avanços e recursos tecnológicos e de comunicação de cada época. A primeira geração é caracterizada pelo material impresso iniciado pelo século XIX. A segunda geração usufruiu dos programas radiofônicos e televisivos, aulas expositivas, fitas de vídeo e material impresso. A terceira geração eliminou o tempo fixo para o acesso à educação, a comunicação é assíncrona em tempos diferentes e as informações são armazenadas e acessadas em tempos diferentes sem perder a interatividade, através das tecnologias da web, tais como a teleconferência, chats, fóruns on-line, email, entre tantos outros recursos. Acredito que a quarta geração está iniciando, através do uso da TV Digital Interativa, que permitirá a interatividade encontrada na web com a facilidade de aquisição e a gratuidade de acesso da televisão.

TV Digital

A TV Digital chega ao Brasil despertando nas pessoas desta época a idéia de que foi a maior evolução que a imagem vivenciou. Mas um estudo mais aprofundado nos mostra que remonta ao ano 5000 a.C. a primeira experiência de comunicação

através da imagem em movimento, com o teatro de sombra dos orientais. (BILHARINHO, 2006)

Com o passar do tempo muitas culturas desenvolveram diferentes meios de utilizar a imagem em movimento, e ainda que para nossos conceitos sejam produtos rudimentares, na época em que foram lançados representaram grandes descobertas. Uma significativa invenção foi a câmara escura, de autoria do célebre Leonardo da Vinci. Este estudo é considerado como o ponto de partida dos princípios cinematográficos, e este conhecimento foi utilizado por muitos anos em outros inventos. Mas até então as idéias de Leonardo eram apenas estudos e planos. Somente no século XVI, na Itália, foi construída a primeira câmara escura.

Estes estudos evoluíram muito em busca de produzir imagem em movimento, o que foi efetivamente possível com a invenção da Lanterna Mágica. Apesar de rudimentar para nossa realidade, na época foi uma revolução na área, e seu princípio de funcionamento é o mesmo dos projetores cinematográficos: uma fonte de luz por traz de uma imagem para refleti-la. Na lanterna mágica a fonte de luz era uma vela e as imagens eram pintadas em vidro, em uma sequência de traços, que quando exibidos em seqüência, despertavam a sensação de movimento na imagem. (ÁVILA, 2006)

Muito tempo se passou, muitas invenções foram mostradas, mas os avanços se davam apenas no campo da ilusão visual, obtida com a manipulação das propriedades oculares. No século 17 foi descoberto que a retina tem a capacidade armazenar por uma fração de 1/20 segundos a imagem após ser registrada. Assim, os estudos para produção de imagem em movimento partiam do princípio de que a visão fazia uma sobreposição das imagens e as misturava.

Partindo deste princípio, surgiram diversos inventos, que procuravam reproduzir artificialmente os movimentos. Alguns merecem ser lembrados, como por exemplo o Taumatrópio, que utilizava a repetição de imagens na retina para dar a sensação visual de movimento. Este invento era nada mais que um disco com imagens nos dois lados. Em um lado uma gaiola e no outro um pássaro. Este disco tinha cordões nas duas extremidades, e que quando esticadas faziam o disco girar e o que se via era o pássaro dentro da gaiola. De acordo com (MANONI, 2006). Outra invenção foi o Fenaquistiscópio, composto por uma base com uma haste aonde tinha um disco preso em um eixo central, para permitir o giro na vertical. Nas bordas do disco foram desenhadas uma seqüência de figuras com leves alterações em seus

traços, que quando girados, despertavam na retina a sensação de que a imagem estava em movimento (MINOTTI, 2006). Surgiu também o Estroboscópio, um cilindro com fendas intercaladas, com uma seqüência de imagens dentro. Quando o cilindro era girado, era possível ver as imagens intercaladas através das fendas, trazendo ao usuário a sensação de que a imagem estava se movendo. Princípio parecido foi utilizado no Zoótropo, mas este permitia que o usuário trocasse facilmente os desenhos. (MANONI, 2006)

É indiscutível que aquele século foi marcado por muitos inventos, pois os cientistas do século XVII eram muito dedicados na descoberta de dispositivos que produzissem a imagem em movimento. Mas somente quando foi combinado em um só equipamento as tecnologias já existentes, foi possível ter soluções realmente úteis para as pessoas na época. Uma dessas invenções foi o Praxinoscópio de Projeção, que utilizou em um mesmo equipamento os princípios da Lanterna Mágica, do Estroboscópio e do Zoótropo. Através deste equipamento eram exibidas produções de até 15 minutos, conhecidas por Pantominas Luminosas.

Apesar do sucesso, a qualidade ainda era um grande problema, e na verdade não havia movimento efetivo nas imagens e sim, a sensação ocular de que a imagem se movimentava. Porém, ao mesmo tempo em que se estudava sobre a visualização da imagem em movimento, outros cientistas também estudavam sobre a captura estática das imagens do mundo real, a conhecida fotografia.

Seguindo os mesmos princípios da câmara escura, cientistas desenvolveram uma variedade de produtos que eram capazes de capturar uma imagem e registrá-la. A conclusão destes estudos resultaram na máquina de fotografia.

Eram duas tecnologias distintas, o movimento das imagens e a fotografia, que só precisavam de alguém para uni-las para surgir as primeiras animações. Esta união aconteceu com o uso da fotografia no praxinoscópio de projeção, e este fato é considerado como a primeira animação da história. O aparelho funcionava com fotos decalcadas em um material transparente, que giravam em frente a uma fonte de luz, e uma vez projetadas, mostravam a animação das fotos. Esta descoberta tornou-se a tecnologia do século XX, passando por constantes aperfeiçoamentos ao longo dos anos, no intuito de obter a qualidade necessária para o uso comercial. (ÁVILA, 2006)

Percebe-se claramente que as tecnologias até aqui abordadas, na verdade resultaram de fusões de vários princípios em um mesmo equipamento. E mais uma vez, a inserção do som na imagem em movimento com o som, resultou em mais

uma tecnologia, o Cinetoscópio, que além de capturar imagens e sons, ainda fazia o registro em uma película, permitindo que as imagens fossem assistidas posteriormente através de um visor. Devido ao sucesso, muitas pessoas desejavam assistir as projeções, mas só era possível um de cada vez. E foi assim que surgiu o Cinematógrafo, que além de gravar imagem e som, permitia que a projeção da gravação em uma tela, para várias pessoas assistirem ao mesmo tempo. Esta tecnologia permitiu o surgimento de uma grande indústria de entretenimento, o cinema. (ÁVILA, 2006)

Nesta mesma época, o rádio era uma tecnologia muito utilizada, pois transmitia som ao local que as pessoas estivessem com o receptor. Em função disso, transmitir imagens em movimento tornou-se um grande desafio para os cientistas do início do século XX. Esta solução veio através dos estudos sobre o selênio, que tinha a propriedade de transformar luz em energia elétrica, e portanto, seria possível transmitir imagens por meio elétrico. *(Apesar da explicação simplista, o processo é muito complexo, porém sua explicação não faz parte dos objetivos deste texto)*. Com a possibilidade da transmissão, efetuar-la era uma questão de tempo. E assim, após alguns anos de estudo, deu-se início as transmissões de imagens em movimento, que por causa de sua característica de transmissão à distância, recebeu o nome de televisão. Durante décadas não houve novas invenções sobre esta tecnologia, mas sim muitos aperfeiçoamentos, tais como cores, transmissão ao vivo, som estéreo, entretenimento, entre tantas existentes.

Contudo, o mesmo ímpeto pela qualidade e inovação que obstinou cientistas a criarem o moderno cinema a partir do rudimentar Praxinoscópio, também levou engenheiros a buscarem novas tecnologias para a imagem e o som que utilizam em seu cotidiano. Na década de 70, mesmo antes da televisão atingir seu ápice em tecnologia, engenheiros iniciaram estudos preliminares de uma nova tecnologia de imagem e som, que permitisse não somente a transmissão de conteúdo, mas que torna-se possível a interação com o telespectador.

Com o advento da tecnologia digital, começou a surgir o som digital, através dos formatos WAV, MP3, WMA, Vorbis, entre muitos outros, e também o vídeo digital, conhecidos como AVI, MPEG, WMV, DIVX, entre muitos outros. Estes formatos passaram a ser de uso geral, principalmente pelas pessoas que escutam músicas ou assistem vídeos pela internet. O que não se imaginava era que estas três tecnologias tão distintas (áudio, vídeo e internet) seriam conjugadas em um só

aparelho, permitindo o advento da Tv Digital, uma vez que os parâmetros de áudio, vídeo e interatividade que utiliza são os mesmos que já utilizamos até mesmo nos celulares. Conseguir-se então, concentrar no maior aparelho de comunicação que a humanidade utilizou, o acesso on-line a informações, culturas, negócios e educação.

A TV Digital e a Educação

No Decreto nº 4.901, de 26 de novembro de 2003, o Presidente da República instituiu o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), e entre os onze objetivos descritos, o primeiro e o segundo dispõem o seguinte: I- promover a inclusão social, a diversidade cultural do País e a língua pátria por meio do acesso à tecnologia digital, visando à democratização da informação; II- propiciar a criação de rede universal de educação à distância.

Sem detrimento dos outros objetivos, é possível perceber com facilidade as prioridades deste decreto. O primeiro objetivo é obter a inclusão social através da tecnologia digital. A Inclusão Social consiste em permitir que a sociedade se torne um lugar plausível para a convivência entre pessoas de todos os tipos e inteligências na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades. Para que estas mudanças aconteçam, somente com a intervenção do governo será possível, pois é através de decretos e leis, que paulatinamente o processo de inclusão vem sendo aplicado nos sistemas educacionais, de lazer educação, no lazer, nos transportes, etc. Portanto, quanto mais sistemas o governo implantar mais rápido conseguiremos ter uma sociedade para todos.

Através de matérias publicadas nos meios de comunicação, sabe-se que existem mais televisores do que computadores nos lares brasileiros. Assim, para o governo federal obter a inclusão social através da internet levaria mais tempo do que levaria utilizando a televisão. Contudo, o atual sistema televisivo brasileiro não permite a interação com o telespectador, uma vez que o sinal apenas é enviado, não havendo nenhuma possibilidade de interatividade por parte do usuário.

Porém, interatividade é uma das características nativas do SBTVD, pois além dos sinais de áudio e vídeo enviados ao usuário, o sistema disponibiliza uma via de retorno de informações para que o usuário tenha interação com a transmissora da programação. Desta forma, através do SBTVD, o governo federal tem a disposição uma tecnologia que permite a inclusão social, precisando somente desenvolver

soluções (softwares e projetos) para o uso desta tecnologia, de forma que alcance a população brasileira. Através do que se tem estudado sobre a TV Digital, acredita-se que o melhor caminho para a inclusão social seja o uso da TV Digital, através de soluções efetivas desenvolvidas por técnicos atuantes nesta área. É importante considerar que o Brasil foi o único país emergente onde emissoras e indústria de equipamento financiaram testes de laboratório e de campo para comparar os padrões tecnológicos existentes, e então emitir pareceres técnicos sobre eles, permitindo ao governo uma decisão concreta sobre o melhor sistema a ser adotado.

O segundo objetivo do decreto merece total atenção dos profissionais que atuam nas áreas de docência, comunicação e informática, pois para o SBTVD “propiciar a criação de rede universal de educação à distância”, como dispõe o decreto presidencial, é necessário que as soluções sejam desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar de profissionais. Aos docentes cabe o desenvolvimento das abordagens pedagógicas necessárias para que a Tv Digital seja utilizada como ambiente de aprendizagem; aos profissionais da comunicação cabe o desenvolvimento de soluções técnicas para que o ensino seja codificado e transmitido de forma interativa aos usuários; aos profissionais da informática cabe adaptar as práticas pedagógicas aos sistemas de transmissão, desenvolvendo as interfaces, os softwares e os middlewares necessários para isso.

Sabe-se que a realidade é distante do sonho, e esta tecnologia educacional não acontecerá assim que a Tv Digital iniciar suas transmissões, pois o SBTVD é ainda uma tecnologia nova. Nesse contexto, cabe às instituições de ensino superior brasileiras o desenvolvimento de conteúdos consistentes, que justifiquem o investimento da população em educação a distância pela TV Digital, uma vez que os cursos disponibilizados pela TV Digital implicam em custos tanto com a produção quanto com os docentes, que têm a missão de desenvolver o projeto pedagógico e acompanhar ação educativa.

Não há dúvida que o advento da TV Digital Brasileira proporcionará novos caminhos para a educação, uma vez que faz uso da interatividade da internet ao mesmo tempo que propicia uma imagem sem distorção e um som sem chiados. Aliado a estas vantagens, ainda será possível assistir até a quatro programações diferentes e simultâneas em um mesmo canal. Contudo, ainda é cedo para se pensar que esta nova tecnologia seja utilizada intensamente na Educação, pois

mesmo que se faça uso de recursos tecnológicos avançados, o padrão educacional da maioria dos docentes brasileiros ainda é tradicional.

Assim, da mesma forma que aconteceu com todas as tecnologias da comunicação, a Tv Digital certamente será amplamente utilizada na Educação, contudo, é necessário que os docentes transformem-se em “educadores”, garantindo assim *“o interesse, o entretenimento e a qualidade da formação educacional desse novo ‘tele-aluno’, (não mais apenas tele-espectador), da tv digital.”*

Referências

ALVES, João Roberto Moreira. **Educação a Distância e as Novas Tecnologias de Informação e Aprendizagem.** Disponível em: <http://www.engenheiro2001.org.br/programas/980201a1.htm>> Acesso em 19/06/2005.

BILHARINHO, Guido. **Cem Anos de Cinema.** São Paulo: Instituto Triangulino de Cultura, sd.

CERNY, Roseli Zen. Avaliação da aprendizagem como processo de comunicação na educação a distância. In BELLONI, Maria Luiza (org). **A formação na sociedade do espetáculo.** São Paulo, Brasil: Loyola, 2002.

MANNONI, Laurent. **A Grande Arte da Luz e da Sombra: Arqueologia do Cinema.** São Paulo: Senac/Unesp, 2006.

MENOTTI, Gabriel. Disponível em <<http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/abril/28/cadernoatracoes/colunistas/gabriel.asp>> Acesso em 03/11/2006.

REVISTA APRENDER. Disponível em <http://www2.abed.org.br>

PIAGET, Jean. A epistemologia genética - sabedoria e ilusões da filosofia – problemas de psicologia genética. 2. ed, São Paulo, Brasil: Victor Civita, 1983.

VYGOSTSKY, Lev Semenovich. **A Formação social da mente.** São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 2000.

Iniciação Científica e Produção de Conhecimento

Heryka Cruz Nogueira*
Micheli Ortega Escobar**

Resumo: Este trabalho é um estudo bibliográfico que objetiva descrever aspectos do processo de desenvolvimento científico-teórico na Graduação, especificamente dos alunos do Programa de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC. Em oposição ao pensamento empírico, o científico-teórico independe da subjetividade do homem, permite o acesso aos conceitos e categorias explicativos dos fenômenos e a compreensão da objetividade, característica do conhecimento especial que chamamos "ciência". Assim, é de grande importância oferecer subsídios para que os estudantes da Graduação possam lidar com os progressos científicos e técnicos através da atividade de pesquisa ou investigação. O trabalho atende ao princípio de que a Universidade deve promover o conhecimento dos fundamentos gerais do processo da pesquisa científica, de modo a formar nos estudantes uma atitude científica e investigativa que dê subsídios para atender às exigências da revolução científica e tecnológica do nosso tempo, bem como criar bases de uma atitude reflexiva e autônoma frente ao conhecimento.

Palavras-chave: Ciência. Iniciação científica. Prática pedagógica.

Abstrac: This work is a bibliographical study that it aims at to describe aspects of the process of scientific-theoretical development in the Graduation, specifically of the students of the Program of Bags of Scientific Initiation - PIBIC. In opposition to the empiric thought, the scientific-theoretical does not depend the man's subjectivity, it allows the access to the concepts and categories explanatory of the phenomena and the understanding of the objectivity, characteristic of the special knowledge that we called "science". Like this, it is great importance to offer subsidies so that the students of the Graduation can work with the scientific and technical progresses through the research activity or investigation. The work assists to the beginning that the University should promote the knowledge of the general foundations of the process of the scientific research, in way to form in the students a scientific attitude and investigativa that they gives subsidies to assist to the demands of the scientific and technological revolution of our time, as well as to create bases of a reflexive attitude and autonomous front to the knowledge.

Word-key: Science. Scientific initiation. Pedagogic practice.

Esse estudo partiu do princípio de que a Universidade é responsável pelas propriedades da ação educacional, tais como: a prática pedagógica, a prática de

* Pedagoga, Especialista em Planejamento e Políticas Educacionais, pela Universidade Regional do Cariri – URCA, Ceará – Brasil. Professora do Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior do Amapá – IESAP, Macapá, Brasil.

** Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, Brasil. Professora Orientadora e Bolsista CNPq-DCR.

pesquisa, a organização do trabalho pedagógico e o tratamento que é dado ao conhecimento. Para que haja uma superação da prática pedagógica exercida atualmente nas universidades, apresento a necessidade de abordar as problemáticas da Prática Pedagógica na IC e sua relação com as Políticas Educacionais com o intuito de produzir conhecimento científico.

Partindo do estudo que será apresentado é importante refletir sobre uma melhor inserção da Iniciação Científica dentro da Universidade, levando em consideração a sua importância na vida acadêmica e como ação transformadora da sociedade.

1 Concepções do fazer Ciência

Nesse artigo analisamos as questões relacionadas à Iniciação Científica a partir da abordagem Dialética, que é um tipo de atividade investigativa que Gamboa (1994) classifica, genericamente, como abordagem “crítica”, pois considera o homem como ser social e histórico.

Chauí (1995) comenta que a teoria marxiana permitiu compreender as articulações necessárias entre o plano psicológico e o social da existência humana; entre o plano econômico e o das instituições sociais e políticas; entre todas elas e o conjunto de idéias e de práticas que uma sociedade produz.

Em relação ao caráter da ciência Chauí (1995) mostra que quando o sujeito do conhecimento toma a decisão de que conhecer é dominar e controlar pode-se dizer que ele está agindo com a razão. A razão instrumental nasce quando o homem atormenta a natureza, descobrindo formas, causas e efeitos. Na medida em que a razão se torna instrumental, a ciência torna-se um instrumento de dominação, poder e exploração. Isso implica dizer que o uso da ciência pode chegar a ser um problema se não for tratado cautelosamente.

Uma das características mais novas da ciência está em que as pesquisas científicas passaram a fazer parte das forças produtivas da sociedade, isto é, da economia. A ciência tornou-se agente econômico e político, onde seu uso define recursos financeiros que nelas são investidos.

A dialética materialista histórica busca uma posição questionadora diante dos fatos. Isso fica claro quando Frigotto ressalta:

O não entendimento do método ligado à concepção da realidade e o não inventário rigoroso desta concepção não só definem claramente o horizonte positivista que separa o sujeito do objeto, a consciência da realidade, como nos indicam que muitos trabalhos de investigação que se definem como críticos e dialéticos seguem, na prática, os parâmetros positivistas (FRIGOTTO 1994, p.78).

Frigotto (1994) assinala ainda que, na maioria, os cursos de graduação e pós-graduação apresentam concepções metafísicas que se apresentam como positivistas, idealistas e estruturalistas para a formação do educador, revelando a ênfase e obrigatoriedade na disciplina de *Métodos e Técnicas de Pesquisa*. A concepção de que existe a possibilidade de ensinar métodos e técnicas alheios a um objeto a ser construído nos indica a origem positivista da organização curricular e do processo de conhecimento. Finalmente, Frigotto lembra que é mais importante dar espaço ao debate sobre o movimento real de uma pesquisa em andamento do que se preocupar com etapas ou esquemas de um processo de pesquisa.

Quanto ao entendimento do que seja método e metodologia, podemos dizer que o método científico é a forma de abordar a realidade, de estudar os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento, com o propósito de descobrir a essência dos mesmos e suas relações. Dentro da metodologia, a técnica constitui uma operação especial para coletar, processar e analisar dados sob uma orientação definida. A técnica, portanto, está mais ligada às etapas empíricas da investigação.

2 A importância da Pesquisa no Ensino Superior a partir da Iniciação Científica

O processo de escolarização na nossa sociedade – com seus objetivos específicos de um determinado tipo de formação humana – se organiza a partir do Ensino Fundamental, numa crescente exigência de qualidade buscando atingir o nível de desenvolvimento científico e tecnológico, isso, considerando que a superação da realidade social é absolutamente dependente do progresso científico. Entretanto, parece que tal propósito não tem se concretizado, e vários setores da nossa sociedade exigem a melhoria da qualidade do ensino, desde o Fundamental ao Superior. Segundo Rogério Tabet de Almeida,

Ao ingressar na pesquisa já esperava que os estudos fossem me reportar a um embasamento teórico de certa complexidade, pois as carências do ensino universitário como produtor do saber e a falta de prática em trabalhos de pesquisa apontavam as dificuldades para a realização dos meus trabalhos. O que

se constata é que as deficiências do ensino no Brasil chegaram a tal ponto que a formação universitária está longe de constituir profissionais com um grau elevado de conhecimento filosófico, necessário a qualquer trabalho de cunho científico. Dentro deste quadro foi que compreendi o quanto está sendo importante este trabalho de pesquisa para a minha formação e, em particular, para a construção de uma nova visão de mundo, até aqui distorcida e equivocada (*apud* CALAZANS, 1999, p. 67).

Damasceno (1999) tem constatado que a atividade de pesquisa possibilita um notável amadurecimento dos estudantes, os quais passam a ter melhor desempenho acadêmico. Por sua vez, os alunos reconhecem que com a pesquisa aumentou o seu rendimento na graduação em termos de qualidade, as discussões passaram a ter mais fundamento e o nível dos trabalhos elevou-se consideravelmente. Relatam que a relação com pessoas de outras áreas e de diferentes formações intelectuais proporciona um maior conhecimento dos fatos e amplia sua forma de pensar.

Para levar o aluno a uma forma especial de pensamento, Severino (1996) indica que é necessária a existência de um grupo de pesquisadores, constituído por professores e alunos, que tenham acesso às informações fundamentais para a realização da investigação. Afirma, ainda, que os bolsistas devem ser conduzidos ao domínio dos conceitos básicos para o entendimento do tema estudado, tendo como suporte a preocupação dos professores com uma formação assentada na articulação teoria-prática.

O pesquisador deve entender que o momento mais rico da reflexão nas ciências sociais é a formulação do problema da investigação, em que será necessário fazer diferentes leituras da realidade e desenvolver a sensibilidade para os problemas do meio onde se inserem as práticas sociais. Um problema é uma proposição que expressa a exigência de encontrar soluções que satisfaçam as necessidades ou interesses valorizados no projeto de formação do pensamento científico dos alunos. Esse procedimento implica a análise de um problema relevante que tem suas raízes na vida social encadeada, por múltiplas relações, a toda uma série de outros fenômenos, também importantes, que contribuem para determinar essa realidade social. O propósito dessa forma de trabalho é dar aos alunos o domínio dos métodos experimentais próprios das ciências.

Na prática da pesquisa concretiza-se um processo sistemático e efetivo de apropriação e re-elaboração de conhecimentos teórico-metodológicos indispensáveis,

tanto para o desenvolvimento do próprio estudo, como para a formação e aperfeiçoamento da investigação científica.

Para início da sua vida científica o estudante deve escolher um objeto de estudo que será o alvo da sua investigação com leituras aprofundadas e informações precisas sobre o assunto, tanto do ponto de vista teórico quanto do histórico, para facilitar o desenvolvimento do pensamento.

Segundo Severino (1996), o estudante precisará de alguns instrumentos de trabalho para sua formação, por isso, e como todo pesquisador exigente, deve começar a formar sua biblioteca pessoal, adquirindo os livros e revistas que devem ser especializados e qualificados para o desenvolvimento do seu estudo. Todavia, o estudante/pesquisador deve ser estimulado a participar de atividades extra-classe como congressos, simpósios, ou outros eventos de porte científico, afim de perceber o que acontece em outras universidades e no mundo dos cientistas mais experientes.

A metodologia usada para a busca do conhecimento científico seria a constante reflexão sobre um determinado assunto; é a partir daí que crescem as possibilidades de êxito na forma de argumentar e é só com o tempo e dedicação aos estudos que se pode construir um certo grau de intelectualidade que atenda às modernas exigências científico-tecnológicas. A formação de novos pesquisadores, segundo Damasceno:

[...] deve ser concebida como um processo que se integra a vida acadêmica, e não apenas como uma atividade livresca baseada na acumulação de informações. Assim, todo esforço é realizado na perspectiva de superar a dissociação entre a pesquisa e as demais atividades universitárias (1999, p.17).

É importante compreender que para se investigar a realidade da educação revelando a estrutura que a engendra, o pesquisador necessita instrumentalizar-se, munindo-se de conceitos teóricos que auxiliam na apreensão e interpretação dos fatos estudados.

Para Severino (1996) a postura do pesquisador frente ao estudo deve mudar radicalmente, voltando-se à exploração de tudo o que aprendeu anteriormente. Enfatiza que é preciso o compromisso do aluno e a conscientização de que o resultado do processo depende dele próprio. Para o bom desenvolvimento exige-se do estudante maior autonomia na efetivação da aprendizagem, maior independência em relação aos subsídios da estrutura do ensino e dos recursos institucionais que ainda continuam sendo oferecidos, como também uma didática que deve ser crítica e rigorosa. Em seguida, o

estudante deve-se apoiar num projeto de trabalho altamente individualizado, apoiado com material didático e científico que devem ser dominados, servindo de base para o processo de embasamento teórico.

3 A Organização do Trabalho

Tendo como referência Freitas (1995), enfatizamos que a organização do trabalho pedagógico implica as formas em que se organiza o trabalho da Universidade como um todo e como se organiza o trabalho da sala de aula em cada disciplina. Nesta pesquisa, buscamos a análise dos procedimentos organizacionais do trabalho específico da Iniciação Científica nos aspectos da abordagem do conhecimento e da forma de participação dos alunos nessa tarefa.

Considerando como um dos mais graves problemas a fragmentação do conhecimento que decorre da separação do trabalho teórico-prático, é nesse intuito que buscamos reconhecer os procedimentos adotados pelos orientadores para selecionar o conhecimento que será oferecido ao aluno de IC.

Outro aspecto dessa organização do trabalho pedagógico é a abordagem interdisciplinar do conhecimento. Freitas (1995) nos aponta a interpenetração de método e conteúdo para a abordagem de um determinado objeto de estudo e a elaboração de conhecimento interdisciplinar, o que permite a apreensão da realidade em todas as suas relações.

Pensar em novas perspectivas de socialização do conhecimento coloca a apropriação coletiva como uma necessidade indiscutível. A apropriação coletiva exige que os alunos sejam sujeitos tanto do processo de apropriação como do processo de controle sobre ele, mas, para isso o professor deve estimular a participação dos alunos nessa tarefa, acabando com a centralização do processo nele próprio.

O conceito de “auto-organização dos alunos”, também elaborado por Pistrak (1981), explica a necessidade de o professor permitir que os alunos se organizem para participar da condução da sala e da escola democraticamente, especialmente a partir do trabalho coletivo entre professores, alunos e administração, visando encontrar novas formas de lidar com a questão da formulação dos objetivos de ensino, dos conteúdos, dos métodos, do planejamento, da avaliação do ensino, da relação professor-aluno e da própria gestão da instituição.

Entendemos que as principais características da ação coletiva são a defesa de objetivos socialmente valiosos – ligados a um projeto histórico ou projeto de sociedade determinado – e a sua estruturação num sistema de autogestão que contemple formas democráticas de divisão, organização, planejamento e direção das tarefas.

4 Os Objetivos

Os objetivos comuns definidos pelos próprios alunos podem ser orientados ao estudo, ao domínio aprofundado do conhecimento numa determinada área. É por isso que o coletivo representa uma forma de auto-educação que permite ao indivíduo manter uma atitude socialmente valiosa mais além das exigências do âmbito escolar.

Freitas (1995) assinala que há uma unidade, ligação e interdependência entre as categorias avaliação e objetivos e que se evidencia na prática avaliativa do professor no momento em que certos aspectos informais, como os que se referem à avaliação de valores e atitudes, especialmente os disciplinares, passam a encobrir aspectos formais da avaliação instrucional.

É comum verificar que embora os objetivos do professor estejam encaminhados a estimular, por exemplo, o crescimento pessoal, nos aspectos de personalidade, confiança, perseverança, equilíbrio emocional, a sua prática revele objetivar submissão, acatamento de normas, ordem, autoridade, hierarquia e despersonalização. Embora o homem esteja sempre avaliando suas realizações, sempre confrontando seus objetivos em relação a elas, no processo escolar é possível observar que freqüentemente a atividade dos alunos é imposta e nem sempre os objetivos dessa atividade são os objetivos deles próprios.

5 A Avaliação

A avaliação traz no seu interior significados sociais e sentidos pessoais e é o elemento determinante do processo pedagógico por delimitar os aspectos instrucional, disciplinar e de hábitos e valores. Os eventos avaliativos envolvem relações de poder que incidem fortemente na seleção, evasão e eliminação dos alunos do processo de escolarização.

Em pesquisa sobre avaliação num curso de Enfermagem, Sordi (*apud* FREITAS 1995), descreve alguns aspectos que, na percepção dos alunos, fazem parte do sistema de avaliação empregado pelos docentes na graduação do curso. Entendemos que esses aspectos nos demonstram que no ato de avaliar fica difícil separar o que diz respeito ao processo de aprendizagem do aluno daquilo que se relaciona com o seu comportamento, quer dizer, com suas atitudes, os seus valores e hábitos, especialmente os disciplinares.

As categorias que descrevem a percepção que os alunos têm do processo avaliativo e do Professor, segundo Sordi (1993 *apud* FREITAS 1995:219), são as seguintes:

A - Vale-se de postura predominantemente diretiva e autoritária na condução do processo.

- ✓ Processo centrado na figura do professor;
- ✓ Unilateralidade nas decisões;
- ✓ Subestimação da opinião do aluno;

B - Usa a avaliação como forma de manifestação de poder sobre o aluno

- ✓ Prova usada como instrumento de tortura;
- ✓ Avaliação utilizada como arma;
- ✓ Uso do poder de forma dissimulada ou clara;

C - Usa a avaliação como forma de disciplinamento.

- ✓ Atitude de fiscalização permeia o processo;
- ✓ Há controle de atitudes via processo de avaliação;

D - Demonstra tendenciosidade nas decisões que toma na condução do processo.

- ✓ Arbitrariedade na emissão de notas;
- ✓ Deixa-se levar pela manifestação de alguns alunos;
- ✓ Presença de subjetividade;

E - Interação professor/aluno está prejudicada.

- ✓ Participação do aluno é restrita;
- ✓ Diálogo não é implementado;
- ✓ Desconhecimento das necessidades do aluno.

É possível encontrar na literatura sobre o tema avaliação algumas propostas alternativas para tornar a avaliação mais democrática, como as sugeridas pelo Coletivo de Autores (1992, p. 95-113).

- ✓ Inter-relacionar os níveis de avaliação de aprendizagem, do currículo e da instituição para dar unidade à ação avaliativa;
- ✓ Facilitar a auto-organização do coletivo dos alunos, na sala de aula e na instituição para promover o aprendizado de formas democráticas de trabalho;
- ✓ Tornar a relação professor-aluno dialógica e comunicativa, de modo que permita que o processo de decisão, de execução e de avaliação seja participativo;
- ✓ Substituir as práticas avaliativas usuais centradas nos termos de mensuração e quantificação, por práticas produtivo-criativas, vinculadas à atividade social real;
- ✓ Reinterpretar o insucesso escolar e o erro para não fazer deles fontes de culpa ou castigo que, no fundo, ocultem razões de classe;

- ✓ Buscar formas de expressão dos resultados da aprendizagem que representem a “ordenação, compreensão e expressão” de uma realidade concreta, num concreto pensado que contemple a inter-relação quantitativo - qualitativo;
- ✓ Promover a discussão coletiva sobre a avaliação de hábitos e valores.

Conclusão

Concluimos enfocando a necessidade de estudantes e pesquisadores de compreender a ciência em seus mais variados aspectos – prática pedagógica, prática de pesquisa, organização do trabalho pedagógico e o tratamento que é dado ao conhecimento, para que se possa fundamentar e melhorar a qualidade dos resultados de suas pesquisas.

Referências

CALAZANS, Maria Julieta Costa (Org.). **Iniciação Científica: construindo o pensamento crítico**. São Paulo: Cortez, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: SP. Cortez, Autores Associados. 1992.

DAMASCENO, Maria Nobre. A formação de novos pesquisadores: a investigação como uma construção coletiva a partir da relação teoria-prática. In: CALAZANS, Julieta (Org.).

_____. **Iniciação Científica: construindo o pensamento crítico**. São Paulo: Cortez, 1999.

FREITAS.L.C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. 3.ed. São Paulo: Papyrus, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da Dialética materialista-histórica na pesquisa educacional. In: Ivani Fazenda (Org.) **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 3 ed. São Paulo. Cortez, 1994.

GAMBOA, Sívio. A Dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: Ivani Fazenda Ivani. (Org.) **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 3. ed. SP. Cortez 1994.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 20 ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 1996.

PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho**. SP. Brasiliense, 1981.

Um estudo da Relação entre Educação e Auto-sustentabilidade no Amapá

Profa. Lúcia Borges*

Resumo: Este artigo procura pesquisar a relação entre o Estado e suas políticas neoliberais, o novo modelo de Estado que surge com a globalização e o modelo de educação proposto nas Unidades de Conservação (UC) onde estão as Reservas Extrativistas (RESEX), especificamente a do Rio Cajari.

Palavras-chave: Extrativismo. Educação. Auto-sustentabilidade.

Summary: This article looks for to search the relation between the State and its neoliberal politics, the new model of State that appears with the globalization and the model of education considered in the Units of Conservation (UC) where is "Reservas Extrativistas" (RESEX), specifically of Rio Cajari.

Key words: Extrativism. Education. Auto-Sustainable.

Introdução

O problema de pesquisa central deste artigo é relacionar a educação com o desenvolvimento sustentável especificamente existente na Reserva Extrativista do Rio Cajari, sul do Amapá. De acordo com Dias (2003, p. 226) "o desenvolvimento econômico e o bem estar do ser humano dependem dos recursos da terra", assim: "o desenvolvimento sustentável não é centrado na produção, é centrado nas pessoas".

A partir disso, começa-se este trabalho ressaltando a importância da auto-sustentabilidade para o contexto atual. Para isso é preciso esclarecer que a concepção de desenvolvimento numa perspectiva sustentável é centrada nas pessoas e não apenas no progresso técnico-material².

A educação, nessa perspectiva, ganha vital importância, pois a começar, ela é direito de todo cidadão brasileiro (Constituição Federal, 1988, art. 205). Assim, ao se perguntar qual a relação entre auto-sustentabilidade e educação é-se conduzido a se questionar também quais as políticas públicas que foram ou estão sendo implementadas

* Professora da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. E-mail: luciaborges@unifap.br.

² Cf. Idem.

nas Unidades de Conservação – UC – na região sul do estado do Amapá onde se encontra a Reserva Extrativista (objeto de estudo do artigo).

1 A criação da RESEX do Rio Cajari

A criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari fez parte do processo inicial de implantação dessa modalidade de UC (Unidade de Conservação) na Amazônia brasileira, o que ocorreu a partir de 1990, tendo sido a do Cajari, uma das três primeiras criadas (ALEGRETTI, 1989, 1994). A mesma situa-se no sul do Amapá onde há muitos projetos já implementados quanto à produção, beneficiamento e comercialização dos recursos naturais e/ou outros bens, pois ao longo dos anos a preocupação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA tem priorizado a economia (BENJAMIN, 2004).

Entretanto a existência de 35 escolas de ensino fundamental, sendo que duas dentre elas mantêm o ensino médio, aponta para uma realidade que está a demandar pesquisa (BORGES, 2005), em especial por sugerir uma diversidade sócio-educacional ampla, mas também porque se insere em contexto em que a biodiversidade é exemplar pelos diversos ecossistemas ali encontrados. A metodologia para esta pesquisa tem por base uma reflexão sobre a trajetória da educação na RESEX Cajari no período de 1990 a 2005, tendo como método de pesquisa o estudo de caso múltiplo. Este, segundo Yin (2005, p. 26) "[...] permite examinar acontecimentos contemporâneos [...]" já na técnica para coleta de dados serão adotado o procedimento da observação participante, história oral e de vida, entrevistas abertas, segundo Marconi, Lakatos (2004), que possibilitam "[...] uma imersão total na realidade [...]".

Nesse sentido pergunta-se: qual tem sido a preocupação do Estado quanto à educação no processo de conservação da reserva? Quais foram os programas dos governos federal, estadual e municipais voltados para a educação? Quais políticas públicas foram implantadas para a educação na RESEX? Qual o nível de envolvimento das famílias na formação dos filhos e na gestão das escolas da reserva? Onde estão os egressos das escolas da reserva desde sua criação em 1990?

A partir daí tentar-se-á responder a tais indagações e compreender a relação que professores e alunos têm com a natureza, com a terra e com o saber.

É neste sentido que a hipótese do trabalho parte do questionamento quanto à prática educacional das escolas da reserva, precisamente: tem a mesma favorecido a preservação do meio ambiente e a formação política do cidadão quanto à manutenção do bem natural e, assim, impedindo o êxodo rural? No estado do Amapá, para garantir o preceito legal de que todos têm direito ao meio ambiente, o poder público já assinala sua preocupação com a questão ambiental do território nacional, no entanto, entende-se que não é suficiente criar-se UCs por decretos. O que mais importa, por certo, é o estabelecimento de políticas públicas que viabilizem a formação de pessoas que residam em áreas transformadas em UC. A perspectiva educacional a ser considerada nestes casos teria que promover condições técnicas e educativas que trabalhem no sentido da sustentabilidade, o que por certo pode assegurar direitos básicos como a saúde, a educação e a moradia num país que, segundo Draibe (1985, p. 253), apenas 0,9% do PIB, medido em dólares, é aplicado para na educação.

1.1 Compreendendo a Amazônia

Para ilustrar melhor a região amazônica faz-se necessário defini-la. De acordo com ARAGÓN (2005), há três critérios para definir a Amazônia (grande região onde se localiza o Amapá).

O primeiro seria pela bacia hidrográfica que englobaria a bacia do Rio Amazonas e todos seus afluentes, não havendo, mesmo assim, consenso entre os pesquisadores sobre a superfície da floresta.

O segundo é definir a floresta pelo critério de selva tropical. Nesse sentido, os altos dos Andes não fariam parte da floresta, mas sim grandes extensões da Venezuela e das Guianas.

E um terceiro critério é o da legalidade da Lei n. 1806 de 1953 que determina a Amazônia Legal como composta pelos territórios dos estados do: Amapá, Amazonas, Tocantins, Acre, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Mato Grosso.

1.1.1 Estado, políticas públicas e desenvolvimento endógeno x exógeno

Toma-se aqui a concepção de Estado de Bresser-Pereira,

A necessidade cada vez maior de um Estado forte e legítimo nasceu, por um lado, das crescentes demandas da sociedade e, por outro, do surgimento do sistema

global. O novo Estado que está emergindo precisa ser um Estado liberal, democrático e social forte. Um Estado liberal forte garante os direitos civis que protegem a vida, a propriedade e a liberdade, e assegura que cada cidadão seja tratado com respeito, independentemente de riqueza, sexo, raça ou cultura. (P. 131).

Essa descrição é a de um Estado ideal liberal capitalista onde, a priori, não se faz distinção entre os homens (masculino ou feminino), onde todos têm garantido os direitos políticos. É sob este cenário que se idealiza a hipótese que norteia este trabalho.

O Brasil é uma sociedade capitalista. O mercado, a propriedade privada e as relações contratuais (inclusive de compra e venda da força de trabalho por tempo ou serviço) são os principais responsáveis pela organização do sistema de produção e distribuição de bens e das relações sócio-econômicas. (SORJ, Sd, p. 19)

Portanto, parte-se da idéia de que os fatores econômicos são determinantes para o sucesso das políticas públicas educacionais e que por isso é preciso definir qual o entendimento do termo política pública para o desenvolvimento que tem sido abordado em muitas discussões. Assim há dois tipos: políticas públicas para o desenvolvimento endógeno e políticas públicas para o desenvolvimento exógeno.

O desenvolvimento exógeno é o que se qualifica pela aplicação de recursos em determinada localidade, propiciando o crescimento econômico e o desenvolvimento material, sem, necessariamente, promover o desenvolvimento social, pois provoca, caso não tenha relação com a comunidade, um crescimento artificial. Ou seja, sem vínculos de desenvolvimento com a cidade ou região onde se estabelece. O crescimento exógeno (prática que ocorre quando uma ou mais empresas com grande capital se estabelecem em regiões periféricas ou desindustrializadas), não propicia o crescimento integrado de outros setores.

Logo, o desenvolvimento exógeno não necessariamente promove o desenvolvimento social porque (apesar de algumas empresas se associarem a elas), outros setores ficam estagnados ou desaparecem em função do novo macro-mercado que se instala.

Ao contrário, o desenvolvimento endógeno procura integrar setores ou empresas de determinada região estagnada ou desindustrializada em cooperativas ou em sistemas de colaboração.

Infelizmente no Brasil as iniciativas de desenvolvimento endógeno não dispõem de recursos financeiros abundantes como as empresas que geralmente promovem o

desenvolvimento exógeno, o que muitas vezes tornam os pequenos empreendimentos dependentes de iniciativas governamentais através de políticas públicas³. Assim,

A privatização de determinadas áreas produziria condições para o setor público desempenhar o que seria as funções quase clássicas do Estado mínimo: ações de estabilização econômica, administração, justiça, defesa nacional e garantia de acesso das populações de baixa renda às ações residuais de assistência social. (MELO e COSTA, 1995, p. 153)

Esta passagem acima descreve bem como pensam os novos senhores do capital. Ou seja, o neoliberalismo desmantela o Estado e elimina as políticas públicas organizadas para fomentar a distribuição de renda optando por privatizar as áreas como saúde, educação, habitação e outros serviços públicos para retirar daí os fundos para investir no mercado e no desenvolvimento exógeno, advogando que é investindo em grandes corporações que se terá o desenvolvimento material que promoverá a distribuição de rendas.

Essa prática desconsidera que não são apenas novos setores que podem acarretar desenvolvimento endógeno, mas também podem ser antigos setores locais, regionais ou comunitários que procuram se renovar a partir das novas condições econômicas. De forma geral, o desenvolvimento endógeno é o processo que busca a melhoria da eficiência na utilização dos recursos públicos, estimula a distribuição da riqueza e do emprego e busca trazer satisfação das necessidades da comunidade, por isso pode ser, geralmente, uma iniciativa local.

Portanto, o desenvolvimento não é apenas o progresso material de certa localidade como pensam as novas políticas neoliberais, mas antes de tudo, significa o resultado da melhor utilização possível, em termos de bem-estar social, junto ao conjunto da população de uma região ou cidade.

Diante do contexto da globalização e do neoliberalismo que,

Para os analistas que enfatizam a dinâmica política, o neoliberalismo representa um movimento social que engendrou uma grande coalizão conservadora que se constituiu em vários países, tendo início na Inglaterra com a ascensão de Thatcher. (REIS, p.155)

Em outras palavras, o mundo vem sofrendo uma grande transformação política e econômica e o Brasil e países periféricos não escapam disso como afirma O'Donnell,

³ Neste sentido conferir o trabalho de LESSA, Renato. A teoria da democracia: balanço e perspectivas. Onde o autor faz um levantamento histórico da teoria da democracia.

[...] o Brasil e o Peru (assim como outros países da América Latina e de outras regiões) não estão apenas atravessando uma crise social e econômica muito séria. Embora com ritmos e intensidades diferentes, esses países estão sofrendo também uma profunda crise de seus estados. Essa crise existe em três dimensões [...]: do estado enquanto um conjunto de burocracias capaz de fazer cumprir suas obrigações com eficiência razoável, da efetividade da lei; e da plausibilidade da afirmação de que os órgãos do estado normalmente orientam suas decisões segundo alguma concepção do bem público. (P. 127)

Assim, no Brasil, esta crise do Estado se qualifica e se efetiva no âmbito da economia política. Isso explica porque ainda hoje, dentro de uma política neoliberal, o estado brasileiro procura atrair empresas de capital internacional.

Exemplo amapaense: o complexo da Icomi em Serra do Navio com a extração do minério de manganês, processo que criou uma cidade artificial no meio da selva amazônica ou o projeto Jari de fabricação de celulose.

A partir de políticas como essa foi priorizado no Amapá pelos governos, especialmente o militar, o crescimento exógeno para trazer ao estado parte do crescimento global da economia nacional ou internacional. A idéia era formar pólos de crescimento que estimulariam a expansão das regiões mais "atrasadas".

O Estado nacional está sendo levado, de mais a mais, a ceder uma parte de seu controle político sobre o território às potências econômicas mundiais e, numa primeira percepção, a essas agências que regulam o jogo monetário, como o FMI, o Banco Mundial e o sistema financeiro internacional. (CASTRO, p.?)

Infelizmente, um dos problemas deste tipo de política de investimentos externos é que nem sempre surtem o efeito esperado. Isto é, desencadear o processo de crescimento auto-sustentável em determinada região.

Pelo contrário, estas políticas tendem a gerar quebra no encadeamento lógico da produção das localidades onde se instalam estas grandes empresas, como a alteração do funcionamento dos mercados de trabalho locais e da mão-de-obra.

Foi o que houve em Serra do Navio em que a construção da cidade atraiu para a região pessoas altamente especializadas (engenheiros, técnicos, diretores e administradores), e que fez com que a empresa responsável criasse a cidade, construísse casas e demais dependências (lazer, comércio e etc.), além de ter demandado grandes investimentos por parte dos governos em infra-estrutura (estradas, remoções de terra, terraplanagem, manutenção). Mas atualmente encontra-se em estado de decadência, pois a população que para lá foi atraída sobrevive dos pequenos comércios ou de

atividades rurais secundárias de subsistência. Isso devido ao fechamento da companhia mineradora que explorava o minério, principal mantenedora da cidade e da região.

Este é um exemplo específico do Amapá (Serra do Navio), donde refletimos que a planta da obra original não levou em consideração medidas de sobrevivência da cidade após o fim do ciclo do manganês.

São situações como essa que limitam o surgimento e o crescimento de empresas locais na visão de Barquero (1988).

Assim, tais políticas de desenvolvimento externo nem sempre geram processos de desenvolvimento econômico auto-sustentado, criando um sistema mal-sucedido nas áreas "atrasadas", nem tanto porque está sendo fomentado um modelo de crescimento alheio a seu entorno, mas sim porque não é aproveitado o potencial local de crescimento, ocorrendo a exportação de recursos e riquezas para as áreas mais desenvolvidas economicamente.

Em contrapartida, a política de desenvolvimento regional, se fosse adotada pelos governos, configurar-se-ia como sendo o modo pelo qual os governos locais poderiam trazer desenvolvimento e intervir ativamente nos processos de reestruturação da comunidade.

Porém, uma das grandes dificuldades para a consolidação dos processos endógenos é, em nível global, o aumento da concorrência e do processo de globalização econômica neoliberal que criou um contexto de instabilidade econômica, já que as comunidades e regiões competem entre si para manterem os investimentos locais e atraírem empresas e investimentos do exterior.

O corte no gasto social foi o resultado mais palpável dessa diretriz, alcançado tanto através dos instrumentos tradicionais quanto de outros, tais como privatizações ou descentralizações do financiamento e operação dos programas e serviços. (Draib, 215).

Na maior parte dos casos, um bom desenvolvimento regional, nesse novo contexto econômico mundial, requer a promoção e a criação do desenvolvimento de empresas locais, contribuindo para a melhoria da qualificação dos recursos humanos nelas empregados, para a difusão das inovações técnicas, bem como incentivar a formação de um entorno de cooperação entre empresas, pessoas e instituições. Isto tudo tendo como objetivo aumentar a competitividade das empresas locais frente ao universo de empresas de fora.

Um segundo aspecto que deve ser abordado sobre desenvolvimento endógeno é aspecto da pesquisa e da tecnologia locais que devem ser aplicados às atividades produtivas locais.

Neste caso, uma estreita parceria entre o sistema produtivo e as escolas (a educação fundamental, média e superior) deve colaborar para a formação de centros de produção tecnológica a partir das riquezas regionais.

Em terceiro lugar, torna-se importante a sociedade civil em estreita ligação com as entidades educacionais e as organizações públicas e privadas criarem um conjunto de novas instituições para fortalecer a administração das cidades e das regiões para que não ocorra o que nos alerta O'Donnell,

Em muitas democracias emergentes, a efetividade de uma ordem nacional corporificada na lei e na autoridade do estado desaparece tão logo deixamos os centros urbanos nacionais. [...] o crescimento do crime, as intervenções ilegais da polícia nos bairros pobres, a prática disseminada da tortura e mesmo da execução sumária de suspeitos pertencentes aos setores pobres ou de alguma forma estigmatizados, a negação de direitos a mulheres e a várias minorias, a impunidade do comércio de drogas e o grande número de crianças abandonadas nas ruas (tudo assinalando um escasso progresso em relação ao período autoritário precedente) refletem não apenas um grave processo de decadência urbana. Elas também expressam a crescente incapacidade do estado para tornar efetivas suas próprias regulações. (Ibid, p.129)

Portanto, a estratégia de desenvolvimento regional, em sua nova fase, se caracteriza por:

1) diante de um modelo anterior de crescimento baseado na competição e exclusão é feita a aposta em um modelo alternativo baseado na qualificação dos recursos humanos locais, na difusão de inovações e no concurso de instituições modernas e abertas;

2) diante de um modelo associado à grande empresa e concentrado em atividades do setor automotivo é feita a aposta em um modelo diversificado, que inclui também as atividades de serviços voltadas às empresas e os serviços de lazer;

3) diante de um modelo produtivista, que vê o território como mero suporte da atividade produtiva, a cidade é concebida como um espaço para produzir e viver, na qual as atividades de lazer, saúde, cultura e meio ambiente estão a serviço da melhoria da qualidade de vida.

Então a questão é: como conseguir que as economias locais passem a estar mais integradas à economia internacional e como fazer com que seus sistemas produtivos se tornem mais competitivos? Como fazer para impedir a evasão populacional das pequenas

comunidades para os grandes centros onde acabam inchando as favelas e aumentando a sua própria miséria?

O problema, para tanto, é reestruturar o sistema produtivo regional a partir de uma nova concepção de educação, de tal forma que os estabelecimentos agrícolas e as empresas industriais e de serviços consigam aumentar sua produtividade e competitividade nos mercados locais e externos. O que exige aplicar fundos no avanço tecnológico, na modernização do aparelho produtivo, na valorização das forças locais visando inserção do local no contexto mundial e não transformar o local em foco de resistência ao processo econômico globalizado.

Assim, através da estratégia de desenvolvimento empresarial se poderá operacionalizar ações concretas para resolver tal problema. Isto porque em todas as partes do mundo aonde o "local" vem sendo valorizado nesta nova fase do desenvolvimento regional, os aumentos da produtividade e da competitividade representam objetivos que devem orientar o processo de mudança estrutural das economias regionais.

Para tanto, o mais conveniente tende a ser a adoção de uma estratégia baseada em mudanças progressivas, mediante a utilização do potencial de desenvolvimento endógeno e, portanto, dos recursos disponíveis no próprio território. Isto requer um conjunto de ações, a saber:

1) infra-estrutura para o desenvolvimento urbano, de maneira a tornar as cidades e seus arredores um lugar adequado para viver e trabalhar via fortalecimento das redes de transporte, de comunicações, de áreas preparadas para receber empresas, de sistemas de capital social (hospitais e escolas). Para tanto, torna-se necessária a atuação conjunta de todas as administrações e agentes econômicos da região;

2) criação de empresas e desenvolvimento, na medida em que um dos elementos de diferenciação da nova política regional está no conjunto de iniciativas que incentivam o surgimento e a expansão de fatores como a qualificação dos recursos humanos, a difusão tecnológica, a capacidade empresarial, as informações sobre organizações e empresas e a cultura do desenvolvimento.

Também a criação e o desenvolvimento de empresas, em especial as de pequeno e médio porte, e de microempresas, visando o surgimento de novos empresários.

3) difusão das inovações e do conhecimento, visando privilegiar a descentralização das atividades através de iniciativas que incentivam a implantação de empresas inovadoras. Neste contexto, a política de formação de recursos humanos busca atender às necessidades criadas pela obsolescência do capital humano e pelas novas demandas colocadas por empresários e trabalhadores;

Esta é uma forma de localidades remotas atingirem o desenvolvimento sem cair no chamado crescimento artificial. Assim, se a política regional tradicional tem uma visão baseada no modelo de crescimento concentrado, a nova política de desenvolvimento regional altera o foco e pretende superar os desequilíbrios com base no fomento ao desenvolvimento de todos os territórios que demonstrem potencialidades de desenvolvimento competitivo. Ou seja, a nova estratégia de desenvolvimento regional está baseada em uma abordagem territorial do desenvolvimento.

A história produtiva de cada localidade, as características tecnológicas e institucionais do meio e os recursos locais condicionam o processo de crescimento.

Assim, desenvolver uma região requer utilizar os fatores endógenos ao território, sem abrir mão dos fatores externos. Promover o desenvolvimento regional, finalmente, não significa somente privilegiar grandes empreendimentos industriais, mas sim incentivar todos os projetos que façam uso do potencial de desenvolvimento e realizem o ajuste progressivo do sistema econômico local a fim de dotar os sistemas produtivos locais dos serviços necessários para resolver seus problemas de competitividade.

No caso do Amapá, talvez, uma possibilidade esteja no desenvolvimento da indústria pesqueira, turística e do plantio de frutas típicas da Amazônia como o açaí e o cupuaçu. No primeiro caso a tradição pesqueira no estado é consolidada. O subsídio do governo na última safra (2006) parece ter sido um primeiro passo nesse sentido, mas é preciso muito mais, pois apenas subsidiar o peixe não garantirá melhoria de vida para os pescadores e suas famílias.

Dentro de um processo endógeno de crescimento seria preciso o governo do estado fomentar a formação de cooperativas, de incentivo de cursos e etc. Em relação às culturas do açaí e do cupuaçu, uma tentativa de crescimento endógeno já foi tentada no governo de João Capiberibe onde foi implantada a cooperativa de produtores de polpa de frutas da Amazônia (atualmente abandonada), que visava a exportar a polpa e o suco

concentrado de frutas produzidas pelos agricultores amapaenses. Mas isso implicaria uma reforma mais profunda como alerta Bresser-Pereira

Os direitos sociais podem ser entendidos como direitos contra outros cidadãos, se pensarmos, por exemplo, sobre os direitos dos trabalhadores com (sic) relação a seus patrões. No entanto, quando pensamos nos direitos sociais como o direito a uma vida boa, à educação, à cultura, à assistência médica, eles são direitos contra a sociedade civil e o Estado. Tais direitos não existem independentemente do nível de desenvolvimento econômico de um país; eles se tornaram direitos protegidos nos países desenvolvidos porque tais países tinham condições de fazê-lo. (P.143)

Em conclusão, somente se o governo, classe política em geral, as instituições e a sociedade civil organizada exercerem uma democracia efetivamente participativa, comprometida de fato a desenvolver o país numa perspectiva favorável à indústria local, valorizando a educação como meio para criar não só elos culturais, mas para solidificá-los e possibilitar ao povo o desenvolvimento regional endógeno, considerando a relevância do espaço geográfico local, seus processos de organização, as relação sociais entre os sujeitos, haveria possibilidade para que várias regiões atinjam níveis desejáveis de crescimento equilibrado e sustentado sem entrar em conflito direto com a base social e cultural de outras regiões.

Normalmente a forte identidade da cultura local tende a assimilar as novas realidades produtivas e os novos esquemas de relações sociais, e os novos valores encontram um eco favorável nas zonas de desenvolvimento local. Desta feita, tendem a integrar-se com um mínimo de custos sociais e culturais, já que são respostas viáveis aos problemas locais. As atividades industriais se integram na vida social e cultural local, incorporando novos valores que desenvolvem e potenciam os antigos, sem criar um certo (sic) conflito e contradições no processo de adaptação (BARQUERO, 2001, p. 90).

Por fim, corroborando esta tese, é preciso destacar que colabora em muito para o processo de desenvolvimento local e regional o elo existente na comunidade como a identidade e sentimentos cívicos e morais voltados a um interesse comum que somente a educação pode possibilitar. É aí que interessa pesquisar os vínculos destes elos com a educação, para saber que políticas públicas o Estado, mesmo dentro de uma política neoliberal tem aplicado ou intentado aplicar para impedir nessas comunidades a evasão escolar, promover a auto-sustentabilidade, gerar emprego e renda e a fixação dessas pessoas no interior das UCs.

Referências

- ALEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas: parâmetros para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ARNT, R. (Org). **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 17-47.
- ARAGÓN, Luis E. Até Onde Vai A Amazônia E Qual É Sua População? In: _____. (Org). **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2005.
- BARQUERO, Antônio Vazquez. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: UFRGS/FEE, 2001.
- BENJAMIN, Aldrin M. da S. **Agroextrativismo: sustentabilidade e estratégias na reserva do rio Cajari**. Ufpa: 2004.
- PEREIRA-BRESSER, Luiz Carlos. O Surgimento do Estado Republicano. In: **Lua Nova**, n. 62, [Sd], 2004.
- CASTRO, Edna. Estado e Políticas Públicas na Amazônia em Face da Globalização e da Integração de Mercados. In: **Estado e Políticas Públicas na Amazônia**. N. 2. CASTRO, Edna; MATHIS, Armin. (Orgs.). Belém: 2001.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL**. Art. 205. Brasília: 1988.
- _____. Brasília: 1989.
- DIAS, Geobaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e prática**. São Paulo: Gaia, 2003
- DRAIBE, Sônia Miriam. A Política Social na América Latina: o eu ensinam as experiências recentes de Reformas? In: **Reforma do Estado e Democracia no Brasil**. Brasília: UNB, [Sd].
- _____. **Reforma do Estado e democracia no Brasil Dilemas e Perspectivas**. UNB: Brasília, [Sd].
- MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004.
- O'DONELL, Guillermo. Sobre o Estado, a Democratização e Alguns Problemas Conceituais. In: **Cebrap**. N. 36, julho de 1993. P. 123-145.
- REIS, Elisa et alli. **Pluralismo, espaço social e pesquisa**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- SORJ, Bernardo. **A Nova Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, [Sd].
- YIN, Richard K. **Estudo de caso: planejamento e método**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

1.2 Ensaaios

Estudos sobre a relação entre população e desenvolvimento na Amazônia Legal

Profa. Lúcia Borges*

De acordo com Aragón (2005) ninguém sabe exatamente o número de habitantes da Amazônia. O autor afirma que a Amazônia legal deve ter cerca de 21 a 30 milhões, sendo destes um milhão de indígenas. Para ele:

As expressões Amazônia, pan-Amazônia, Amazônia Sul-Americana, Região Amazônica ou Grade Amazônia, compreendem diferentes enfoques, discernimentos e representações espaciais. Em geral estes termos definem a maior selva tropical úmida do planeta [...] (ARAGÓN, 2005)

Portanto, há três critérios para definir a Amazônia (objeto de estudo deste trabalho), o primeiro seria pela *bacia hidrográfica* que englobaria a bacia do Rio Amazonas e todos seus afluentes, não havendo, mesmo assim, consenso entre os pesquisadores sobre a superfície da floresta. O segundo é definir a floresta pelo critério de *selva tropical*. Neste sentido, os altos dos Andes não fariam parte da floresta, mas sim grandes extensões da Venezuela e das Guianas. E um terceiro critério é o da legalidade da Lei n. 1806 de 1953 que determina a Amazônia Legal como composta pelos territórios dos estados do: Amapá, Amazonas, Tocantins, Acre, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Mato Grosso.

Sobre os estudos populacionais e a Amazônia

De acordo com Grbens-Leens e Nonhebel 2002, apud Alcoforado:

[...] em meados dos anos 70, biólogos populacionais, ecólogos e cientistas ambientais formalizaram a relação entre população, bem estar e impacto ambiental, através de uma fórmula fundadora (...) que ficou conhecida como modelo IPAT, o qual postula que o impacto ambiental (I) é o produto da população (P), da afluência média desta população (A) e da tecnologia (T).

Alcoforado discute esta fórmula apontando que não se pode saber ao certo até que ponto esta interpretação é verídica, pois, há diferentes visões: a primeira é de que a população exerça um efeito catastrófico sobre o meio ambiente, a segunda afirma que a tecnologia é fruto de políticas econômicas que não levam em consideração o impacto

* Pedagoga, professora da Universidade Federal do Amapá. E-mail: luciaborges@unifap.br

ambiental, uma terceira diz que as populações afluem para as regiões de preservação ambiental e que isso pode causar uma demanda pelo desenvolvimento de novas tecnologias que poderão levar à auto-sustentabilidade, uma quarta trata-se de um meio termo que vê a população não como força dominante, mas como causa que age em combinação com os demais fatores.

A respeito da poluição dos recursos hídricos naturais da Amazônia

De acordo com FENZL e MATHIAS, apesar da Amazônia apresentar baixa densidade demográfica

A população residente no local é de aproximadamente 6.700.000 habitantes, (IBGE, 1996), correspondendo, grosso modo, a 4,3% da população brasileira. Até hoje a densidade demográfica é bastante baixa, contando 1,7 habitantes por 1 (um) km² (...) (p. 118)

Apesar disso, existe poluição naquela região por contaminação com mercúrio ou, mais especificamente, pelo multimercúrio que pode aparecer devido à concentração de atividades de mineração (ouro), queimadas e concentração natural em rios e lagos. Outro fator de poluição são os pesticidas utilizados em meios domésticos, sanitários ou agrícolas e o arsênio, um veneno mortal.

Segundo os autores, o arsênio é um elemento encontrado na natureza, mas no caso da Amazônia, nos últimos anos, tem aumentado o índice de partículas em suspensão nas águas dos rios e suas cabeceiras, o que pode estar além da simples concentração geológica, visto que as atividades humanas de garimpagem têm aumentado na região da Floresta Amazônica. Desta forma os autores concluem que a sociedade moderna caminha por um sistema muito rico, mas também muito frágil onde quase todos os impactos ambientais estão, de alguma forma, relacionados aos recursos hídricos naturais (p. 132).

Por isso é importante que a Amazônia, segundo eles, tenha uma legislação coerente com seus recursos hídricos para evitar conflitos que podem ser fatais, além de ser necessário um monitoramento constante sobre suas águas a fim de evitar contaminação antrópica, pois os rios são a única fonte de água potável na região para o abastecimento das cidades. Neste sentido é interessante apontar os estudos da OMS sobre envelhecimento, de acordo com a Revista Veja (p. 11, 2005) em entrevista com

Alexandre Kalache, coordenador do programa de envelhecimento da OMS, o mundo deve se preparar para ter igual número de idosos e jovens. Isso faz refletir sobre a situação atual da Amazônia e sua população, que é formada por comunidades de ribeirinhos, em grande parte idosos, visto que seus filhos, atualmente não têm dado continuidade às atividades da lavoura de subsistência, especialmente da cultura do açaí e do cupuaçu. Este tem sido outro fator que contribui para que, cada vez mais, diminua a população rural da região Norte do Brasil. Da mesma forma, além da poluição e envelhecimento populacional, lembra-se também que a região sofre com a violência urbana, cujos índices têm aumentado na zona metropolitana de Macapá e Santana, dando-se as mortes, especialmente, por brigas com armas brancas. Embora a violência na Amazônia não seja o objeto de estudo deste artigo, de acordo com o trabalho de AIDAR, 2000, sobre a cidade de Campinas, SP, o índice de mortes violentas pode ser dado pela fórmula: $n d_{x,j} = n d_x (n d_{x,j} / n d_x)$, (AIDAR, 2000, p. 284). Assim sendo, a mesma poderá ser aplicada a Macapá para calcular o índice mínimo de homicídios e seus impactos sobre a população.

A questão da migração

Outro fator de impacto populacional na região da Amazônia, de acordo com BAENINGER, Rosana (2005, p. 38), foram as novas configurações migratórias onde

[...] o Pará consolidou-se como área de evasão, passando a responder por mais da metade dos emigrantes dessa região. Os principais fluxos saídos do estado destinaram-se a Amazonas, Tocantins, Amapá e Roraima. Essa nova configuração dos movimentos populacionais internos no Norte deslocou a área de polarização da migração, fazendo emergir o Amapá como área de forte absorção na região.

Em especial no Amapá, estado com 70% de seu território tido como reserva ambiental, percebe-se que foi e continua, sendo grande o fluxo de migrantes, causando grande impacto no *modus vivendi* do habitante típico do Norte. Pois atualmente, de acordo com dados estatísticos, além de paraenses, advém também para a região, nordestinos (cearenses), catarinenses, paulistanos, gaúchos e paranaenses.

Diante desta realidade é interessante observar, lembrando o artigo de Teresa Sales (Brasileiros Longe de Casa, 2005, p. 44), que nos E.U.A existe em Boston um choque entre as culturas brasileira e anglo-saxônica, por isso os brasileiros se identificam com os latinos como forma identitária. Já em Miami os brasileiros se afastam dos latinos de

origem hispânica porque lá existe um biculturalismo forte, isto é, a corrente latina e a dos americanos típicos coexistem. Assim, à luz deste exemplo de imigração pode-se pensar (comparar) o estado do Amapá aonde vem se formando um grande movimento migratório, com a parição de outras tradições como a fundação de CTGs (Centros Tradicionalistas Gaúchos) que trazem consigo a tradição do churrasco e do chimarrão e ajudam a formar uma outra comunidade cultural. Da mesma forma os fluxos migratórios internacionais, guianenses (franceses ou ingleses) que se estabelecem em Macapá, influenciado a cultura local como é o caso típico da dança chamada "zuch love", oriundo das Guianas e de influência caribenha. Segundo PATARRA e BAENINGER (1995, p. 78) também ocorrem s emigrações de brasileiros para outros países, no caso do Amapá, para as Guianas Francesa e ex- Guiana Inglesa, especialmente pelo Oiapoque, zona fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, onde, diga-se de passagem, é território europeu.

Conclusão

A partir dos textos citados, relacionando população e desenvolvimento da Amazônia, pode-se concluir que

O estado do Amapá, (...) foi o único estado que manteve (...) elevada taxa de crescimento urbano, próximo a 7% a.a., caracterizando um crescimento urbano continuado a taxas elevadas, desde 1940. Constituiu-se, também no estado que, em seu conjunto, teve o maior crescimento populacional da Região Norte. A implantação de uma zona de livre comércio em Macapá deve certamente ter contribuído para esta situação. Com aproximadamente 89% de sua população residindo em áreas urbanas, o Estado chega a níveis de urbanização semelhantes aos do Sudeste, superando, mesmo, Estados como o de Minas Gerais. BRASIL, et al, Sd, p.79)

A partir disso, torna-se relevante observar outro fator levantado pela pesquisa de BRASIL quanto ao quesito *aumento da faixa etária* da população que entra no mercado de trabalho sendo composta esta por pessoas de 15 a 59 anos. Com o aumento da pressão sobre o mercado, aumentou também a renda das famílias, aumentando, conseqüentemente, a urbanização e diminuição das populações ribeirinhas (agrícolas) no estado do Amapá.

Desta forma a cidade *ichou*, aumentando a periferia com o crescimento de zonas de ocupação sobre as "ressacas" do Rio Amazonas, aumentando também a poluição local. Por isso é importante ter-se em mente três fatores que poderão contribuir para a melhoria das condições de vida da população local,

1. a necessidade de realizar um levantamento das reais condições em que a população da periferia de Macapá se encontra;
2. o desenvolvimento de políticas mais radicais de urbanização que impeça a ocupação das zonas de ressaca e seu aterramento ilegal e;
3. a elaboração de políticas públicas de urbanização capazes de absorver o crescimento populacional dentro de uma visão racional de ocupação do espaço urbano.

Desta forma, estaria se iniciando um caminho norteador para os próximos dez anos em que, certamente, Macapá irá dobrar estatisticamente sua urbanização e sua população devido, não só à área de livre comércio mas também devido ao aumento de instituições educacionais (basicamente faculdades) que vem crescendo nos últimos doze anos tornando Macapá, já, um pólo exportador de mão-de-obra.

Referências

- AIDAR, Tirza. O impacto das causas violentas no perfil de mortalidade da população residente no Município de Campinas: 1980 a 2000. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas, v. 20, n. 2, p. 281-302, jul./dez.2003.
- ALCOFORADO, Ihering Guedes. População, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: um approach neo institucionalista. In: ALCOFORADO, Ihering Guedes. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto: 4 a 8 de novembro de 2002. (Evento)
- ARAGÓN, Luis E. Até Onde Vai A Amazônia E Qual É Sua População? In: ARAGÓN, Luis E. (Org). **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2005.
- BAENINGER, Rosana. Tendências das Migrações Internas no Brasil. In: **Revista Ciência Hoje**. SI, v. 37, n. 219, p. 34-39, setembro 2005.
- CORDEIRO, Tiago. Entrevista: Um Mundo Mais Velho. In: **Revista VEJA**. 2005.
- FENZL, Norbert; MATHIAS, Armin. Poluição dos Recursos Hídricos Naturais da Amazônia: Fontes, Riscos e Conseqüências. In: ARAGÓN, Luis E. CLÜSENER-GODT, Miguel. (Org.). **Problemática do uso local e global da água da Amazônia**. Belém: NAEA, 2003.
- PARRA, Neide L; BAENINGER, Rosana. Migrações Internacionais Recentes: o caso do Brasil. In: PATARRA, Neide L. (Coord). **Emigração e Imigração no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.
- BRASIL, Marília C.; SANTOS, A. dos Santos; TEIXEIRA, Pery. A população da Amazônia (1940 a 2000). In: **Amazônia Terra & Civilização: uma trajetória de 60 anos**. Belém: Banco da Amazônia, 2004. v.1.
- SALES, Teresa. Brasileiros longe de casa. In: **Revista Ciência Hoje**. SI, v. 37, n. 219, p. 41-44, setembro 2005.

1.3 Resumos Indicativos ou Críticos

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Edielso Manoel Mendes de Almeida*

Carlos Rodrigues Brandão é professor na Universidade de Campinas, tem formação em Psicologia e Antropologia, foi um dos criadores dos movimentos e centros de cultura popular no Brasil, dedica-se atualmente a estudos, aulas e pesquisas de Antropologia Social. Dentre as suas obras publicadas pela editora Brasiliense destacamos: Educação como Cultura, Educação Popular, Pesquisa Participante, O que é Método Paulo Freire, Identidade e Etnia e O que é Educação objeto desta resenha.

O autor inicia a sua obra afirmando que ninguém escapa da educação, ela está presente em todos os momentos de nossa vida, a utilizamos para aprender, para ensinar e para ensinar-aprender. Não existe um único modelo de educação e nem uma única forma de desenvolvê-la, bem como a escola não é o lugar exclusivo onde ela acontece.

O ser humano ao transformar a natureza com o trabalho, cria a sua cultura e a socializa através da educação que nas sociedades tribais eram repassadas pelos adultos conhecedores, que ensinavam através de situações práticas vivenciadas cotidianamente, como afirma Brandão (2004, p. 18) “as pessoas convivem umas com as outras e o saber flui, pelos atos de quem sabe-e-faz, para quem não sabe-e-aprende”, ou seja, as crianças aprendiam através da observação, da imitação da prática e do fazer, a responsabilidade pela transmissão da cultura era de todos, não existia uma instituição e nem uma pessoa específica para isso.

A educação pode existir livre, na qual todos possam usufruir, com o objetivo de socializar o que a comunidade produziu em termos de saberes, crenças e habilidades, para introduzir o indivíduo à sociedade na qual faz parte, pois tais conhecimentos são fundamentais para a sobrevivência, não só dele mas da própria comunidade, é o que acontece em algumas tribos indígenas e africanas citadas pelo autor. Enquanto não foram acirradas as divisões sociais de classes e o poder ainda emana da comunidade “existe

* Pedagogo, Especialista em Tecnologias na Educação e Mestrando em Educação – Professor de Informática Multimídia e Educação no IESAP.
Contatos: edielsoalmeida@bol.com.br

educação sem haver escola e existe a aprendizagem sem haver o ensino especializado e formal [...]” (BRANDÃO, 2004, p. 32).

A educação também pode ser imposta por um sistema centralizado que passa a ter o poder para decidir de acordo com os seus interesses políticos, econômicos e ideológicos; este saber sistematizado gera a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho (os que têm acesso ao saber pensam, planejam, decidem), dos direitos e dos símbolos.

E é a partir daí que a educação deixa de ser comunitária e passa a ser privilégio de uma minoria, controlada politicamente, cria-se à escola como centro de formação da classe dominante, o saber escolar vale como um “atestado social de diferenças entre o chefe e os outros” (BRANDÃO, 2004, p. 30). A educação da comunidade que visava a igualdade ou a complementaridade social, agora começa a reproduzir as desigualdades sociais através da escola, dos sistemas pedagógicos e das leis do ensino.

A educação ajuda a criar o tipo de homem para uma determinada sociedade, através da inculcação dos saberes que são repassados de uns para os outros, das crenças, dos costumes, das qualificações e especificidades que envolvem a troca de símbolos que a constituem desta forma quando são necessários criarem “guerreiros ou burocratas, a educação é um dos meios de que os homens lançam mãos [...]” (BRANDÃO, 2004, p.11)

O autor faz uma breve análise do início da educação e da organização do nosso sistema de ensino derivado da Grécia e Roma antiga. A educação grega tinha uma problemática que até a atualidade não conseguimos resolvê-la, trata-se de um sistema dual de ensino: para os trabalhadores manuais, livres ou escravos o ensino da *tecne que é a instrução para o trabalho* manual, ou seja, para o fazer, construir; e para o homem livre, o nobre, o ensino da *teoria* compreendida como o saber para compreender e comandar.

Em Roma a educação também era dual: a *oficina de trabalho* para os filhos dos escravos, dos servos e dos artesãos; a *escola livresca* para o nobre e seus mediadores, o funcionário burocrata do Estado ou de negócios particulares.

Após esta abordagem histórica, Brandão analisa a educação em nosso país, parte dos objetivos e finalidades da educação que foram garantidos na lei 5.692/71, a referida lei estabelecia: o ensino como responsabilidade do poder público, a liberdade de

expressão, escola para todos, formação para a cidadania dentre outros. Fica evidente a dicotomia entre o legal e o que se pratica em termos de políticas públicas para a educação, a lei não é cumprida.

Os manifestos de educadores e estudantes por uma educação pública de qualidade, denunciavam a fala do poder que propõe uma educação idealizada, e mostravam as mazelas de nosso sistema de ensino e cobravam o que a lei estabelecia. Estas posições que de certa forma são antagônicas, mostram que há interesses econômicos, políticos, e ideológicos que são projetados na educação e reproduzidos na atual formação da sociedade brasileira.

Para uma melhor estruturação do livro, Brandão inicialmente apresenta os conceitos de educação que enfocam o interior do indivíduo, a sua subjetividade, o que acontece dentro de si, desconsidera-se as condições sociais, materiais e os recursos e procedimentos externos a ele. De acordo com esta dimensão a educação é:

'Ação ou efeito de educar, de desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e morais da criança e, em geral do ser humano; disciplinamento, instrução, ensino' (Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa).

'A educação não é mais que o desenvolvimento consciente e livre das faculdades inatas do homem.' (SCIACCA apud BRANDÃO, 2004)

É um meio pelo qual o homem (a pessoa, o ser humano, o indivíduo, a criança etc.) desenvolve potencialidades biopsíquicas inatas, mas que não atingiram a sua perfeição (o seu amadurecimento, o seu desenvolvimento, etc.) sem a aprendizagem realizada através da educação[§].

É atividade criadora, que visa a levar o ser humano a realizar as suas potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais. Não se reduz a preparação para fins exclusivamente utilitários, como uma profissão, nem para o desenvolvimento de características parciais da personalidade, como um dom artístico, mas abrange o homem integral, em todos os aspectos de seu corpo e de sua alma, ou seja, em toda a extensão de sua vida sensível, espiritual intelectual, moral, individual, doméstica e social, para elevá-la, regula-la e aperfeiçoa-la. É um processo contínuo, que começa nas origens do ser humano e se estende até à morte. (ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA DE MORAL E CIVISMO apud BRANDÃO, 2004)

Para o autor é próprio das elites separadas do trabalho produtivo, ou dos intelectuais que pensam o mundo por elas, propor como educação a formação da personalidade humana através do conselho sistemático e da direção espiritual. Devemos analisar o que a educação é de fato e também o que as pessoas dizem dela, pois quem

[§] Conceito apresentado de acordo com filósofos e educadores, o autor não especifica nomes.

diz pode ocultar ou por ignorância, por não saber o que ela é no mundo real e o que faz, ou por interesse de camuflar as suas origens, os seus mecanismos e seus usos.

Na realidade desde os povos primitivos, a partir da divisão de classes, sabemos que os fins da educação são os interesses da sociedade, de grupos sociais determinados, que utilizam o saber escolar para qualificar e “formar” o indivíduo, afinal de acordo com Émile Durkheim a educação é uma prática social que por meio da inculcação do saber, reproduz tipos de sujeitos sociais.

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver na criança certos números de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial que a criança, particularmente, se destina. (DURKHEIM apud BRANDÃO, 2004)

As sociedades, de acordo Durkheim, possuem um sistema de educação que é imposto ao indivíduo, e não adianta fugir, pois somos educados desde criança para aceitá-la. A visão de educação de Durkheim é determinista, somos educados para a permanência, para a aceitação de uma sociedade que nos é imposta.

Uma outra abordagem apresentada por Brandão é a de que a educação é um dos principais meios de realização de mudança social, mas não podemos cair no “utopismo pedagógico” e achar que ela é o único ou principal instrumento que vai transformar as estruturas políticas, econômicas ou culturais, pois lembremos de que são estas estruturas que definem as políticas educacionais. A mudança social através da educação faz sentido desde que ela seja considerada como uma entre outras práticas sociais que atuam sobre as pessoas visando criar condições necessárias para a realização de transformações indispensáveis.

Contrariamente a concepção do autor, a *mudança* proposta por políticos e cientistas, dentro da sociedade capitalista está relacionada com *desenvolvimento* (econômico, social, regional etc.), a educação neste sentido é concebida como *investimento* “pessoas educadas (qualificadas como “mão-de-obra” e motivadas enquanto “sujeitos do processo”) são agentes de mudança, promotores do desenvolvimento, e é para torná-los mais do que cultos, agentes, que a educação deve ser pensada e programada” (BRANDÃO, 2004, p. 84).

Diante do exposto o autor conclui que apesar da educação reproduzir e consagrar as desigualdades sociais; ser determinada fora do poder de seus praticantes, educadores

e educandos; o desafio está em “reinventar a educação”, mas para isso faz-se necessário desmistificá-la, dessacralizá-la, pois apenas aos que interessam fazer dela a arma de seu poder autoritário tornam-na sagrada e o educador um sacerdote.

A esperança que podemos ter na educação, continua o autor, é: desesperar da ilusão de que todos os seus avanços e melhoras dependem apenas de seu desenvolvimento tecnológico; acreditar que o ato humano de educar existe tanto no trabalho pedagógico que ensina na escola, quanto no ato político que luta na rua por um outro tipo de escola, para um outro tipo de mundo.

Reinventar é uma expressão utilizada por Paulo Freire que significa conceber a educação como uma invenção humana, criada pelo homem, e que pode ser refeita, ser diferente do que é, ou seja, podemos criá-la e recriá-la, de acordo com interesses que podem libertar ou oprimir.

No livro, o autor apresenta os conceitos e concepções de educação desde as comunidades primitivas até a acessão do capitalismo, adota uma postura crítica e reflexiva ao relacionar a educação com o poder afirmando que ela pode ser utilizada tanto para oprimir como para libertar.

Concebe a educação como prática social dentro de um contexto, econômico, político e cultural; não apresenta um conceito específico, pois não há uma forma nem um único modelo de educação. Enfatiza a educação informal, aquela que acontece fora da escola, que está na vida, no cotidiano, nas lutas de classes e nos movimentos sociais.

A primeira edição desta obra é datada do ano de 1981, ou seja, há mais de três décadas, e continua sendo leitura essencial para os estudantes, professores, gestores educacionais e demais profissionais que são envolvidos com a educação.

1.4 Resumos de Trabalhos Acadêmicos

ALINE LEMOS DA CUNHA

NARRATIVAS ENTRELAÇADAS:

conversando sobre leituras e lembranças de escola com mulheres que se “encontram” em um Salão de Beleza de Cultura Afro.

Pelotas, agosto 2005.

ALINE LEMOS DA CUNHA

NARRATIVAS ENTRELAÇADAS:

conversando sobre leituras e lembranças de escola com mulheres que se “encontram” em um Salão de Beleza de Cultura Afro.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Gomercindo Ghiggi

Pelotas, agosto 2005.

Resumo

Este trabalho traz reflexões tecidas em uma pesquisa realizada no Curso de Mestrado em Educação da UFPel, a qual, desenvolvida em um Salão de Beleza de Cultura Afro, na cidade do Rio Grande, teve como foco perceber, nas narrativas de três mulheres, leituras e lembranças do seu processo de escolarização, interrompido por motivos diversos.

Nas narrativas demonstram motivos que influenciaram essa saída da escola e dentre eles destacam a necessidade de sustento, implícita ou explicitamente. Cada mulher, fala sobre suas aprendizagens diárias, realizadas em experiências não-formais. Na complexa vivência com os cabelos, deixam visível o reconhecimento de uma sociedade que institui padrões.

Anunciam seus sonhos, os quais, mesmo que nem sempre sejam construídos pela via do conhecimento formal, retratam a escola como um lugar almejado e significativo, contraditoriamente à sua experiência cotidiana.

Trago reflexões possíveis, sobre a não-neutralidade inerente à pesquisa em educação, apontando caminhos metodológicos para concebê-la, relatando minha experiência e reflexão com as mulheres.

Apresento narrativas entrelaçadas e “transcriadas”, de mulheres afro-brasileiras que trilharam seus caminhos pela via do conhecimento não-formal, relatando lembranças e leituras de escola que se encontram amalgamadas. Diferente da pesquisadora, que, no momento da pesquisa, tem o processo de escolarização como ponte para a objetivação de seus sonhos e desejos, estas mulheres tiveram a escola como uma passagem.

Histórias que se bifurcam em determinado momento, mas que, pela proximidade com raízes afro-brasileiras se entrelaçam, e isto pela simples convivência com o cabelo crespo. Fundamental para compreender as razões destas leituras é perceber que as vivências cotidianas são geradoras de conhecimento e possibilidades de análise. A referida pesquisa, procura, através dos pilares da pesquisa participante, dialogar com mulheres e, sem intenções messiânicas, dar voz a quem tem sua visibilidade restrita à coletividade que construiu.

Palavras-chave: Educação Popular, Gênero, Estudos Étnicos.

Dados de catalogação na fonte:

Zilda M. Franz Gomes CRB - 10/741

C972n **Cunha, Aline Lemos da**
leituras **Narrativas entrelaçadas: conversando sobre**
e lembranças de escola com mulheres que se “encon-
tram” em um Salão de Beleza de Cultura Afro / Aline
Lemos da Cunha; orientador, Gomercindo Ghiggi.
– Pelotas, 2005.
150f.

Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade
de Educação. Universidade Federal de Pelotas.

1. Educação popular. 2. Gênero. 3. Estudos étnicos.
I. Ghiggi, Gomercindo, orient. II. Título.

BENISE DE NAZARÉ DOS REIS SOUTO

ENSINAR A ENSINAR E APRENDER A ENSINAR: REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS EM RELAÇÃO À FORMAÇÃO INICIAL DOS CURSOS DE LICENCIATURA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO:
HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE**

**PUC-SP
2007**

BENISE DE NAZARÉ DOS REIS SOUTO

ENSINAR A ENSINAR E APRENDER A ENSINAR: REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS EM RELAÇÃO À FORMAÇÃO INICIAL DOS CURSOS DE LICENCIATURA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Dissertação **apresentada à Banca Examinadora da PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, como exigência parcial para obtenção do grau de MESTRE em Educação: História, Política, Sociedade, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Paula Perin Vicentini.**

São Paulo

2007

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo contrastar as representações que os professores formadores e os licenciandos possuem sobre *ser professor*, numa tentativa de identificar as concepções que eles possuem sobre *o aprender da profissão docente*. Para atingir tais objetivos, foram realizadas entrevistas com quatro professoras da disciplina Didática e utilizados 115 questionários respondidos pelos alunos dos cursos de licenciatura em Letras, Matemática, História e Geografia, que estavam cursando o 7º semestre, em junho de 2005, na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Trata-se de uma instituição que ainda está em fase de estruturação e desenvolvimento e abriga, nesses cursos, professoras com bastante experiência no magistério, tanto no exercício da docência quanto em funções técnico-pedagógicas no ensino fundamental e médio, com níveis de formação variados (pósgraduação *lato* e *stricto sensu*), que trabalham em regime de dedicação exclusiva, com contrato de 40 horas semanais, e alunos jovens, a maioria na faixa etária de 20 a 25 anos, que ainda não exercem o magistério. Tendo como principal referencial teórico as noções de *construção social da realidade*, no sentido proposto por Peter Berger e Thomas Luckmann, e de *representação* na perspectiva de Pierre Bourdieu e Roger Chartier, entendida como instrumentos cognitivos de apreensão da realidade, a partir dos quais são estruturados os comportamentos de ensino e de aprendizagem, constatou-se que formadoras e formandos têm concepções divergentes a respeito das necessidades que devem ser atendidas no processo de formação: enquanto eles reivindicam o oferecimento de atividades práticas, elas acreditam que é necessário lhes oferecer um referencial teórico-metodológico consistente, de maneira que, compreendendo o presente, possam agir na perspectiva de transformar o futuro. Já as representações das professoras e dos graduandos sobre *ser professor* analisadas caracterizaram-se pela ambigüidade, revelando que o professor é visto como um ente composto, ora como profissional do ensino, ora como missionário da educação, a respeito do qual se constituem imagens diversas que estão associadas, por exemplo, aos paradigmas do professor **culto**, do professor **técnico**, do professor **missionário**, do **ator social** e do **prático reflexivo**.

Palavras-chave: Formação de professores, Licenciaturas, Profissão docente, Representações sobre o magistério.

ABSTRACT

This dissertation aims to contrast the educators' and the undergraduate senior students' representations on *being a teacher*, in an attempt to identify their conceptions about *the learning of the teaching profession*. In order to achieve such objectives, we accomplished interviews with four professors of the academic discipline of Didactics and used 115 questionnaires answered by the undergraduate students of Major's Degree in Teaching in Language, Mathematics, History and Geography, who were attending the 7th semester, in June 2005, at the

Federal University of Amapá (UNIFAP). This institution is still in its structuring and developing phase, and shelters, in those courses, professors with much experience on teachership, as much on the exercise of teaching as on technical-pedagogical functions in primary and secondary schools, whose formation levels vary (from graduate studies in *lato* to *strictu sensu*), working in a regime of exclusive dedication, with 40-hour weekly contract and also young pupils, the majority from 20 to 25 years old, who had not been teaching yet.

Having as theoretical reference the notions of *social construction of reality*, proposed by Peter Berger and Thomas Luckman, and *representation* in Pierre Bourdieu's and Roger Chartier's perspective, understood as the cognitive instruments of apprehension of reality, from which teaching and learning behavior are structured, it was verified that educators and undergraduate senior students from Teaching courses have divergent conceptions regarding the needs which should be accomplished in the formation process: while the later revendicate the offer of activities of practice, the former believe it is necessary to offer the undergraduate senior students a consistent theoretical-methodological reference, in a way that, understanding the present, they could act in a perspective of changing the future. Yet the analyzed educators' and undergraduate senior students' representations on *being a teacher* are built up with ambiguity, revealing that the teacher is seen as a compound entity, sometimes a professional of education, sometimes a missionary of education, whose diverse images are constituted and associated, for instance, to the paradigms of the **educated** teacher, the **technical** teacher, the **missionary** teacher, the **social actor** and the **reflexive practice** teacher.

Keywords: Teachers' Formation, Major Degree in Teaching, the Teaching Profession, Representations on Teachership.